

# Cooperação Universitária no Mercosul – a AUGM no Brasil<sup>1</sup>

*Sônia Regina Paulino<sup>2</sup>*

*Stela Maria Meneghel<sup>3</sup>*

**Resumo:** Este artigo analisa a cooperação universitária a partir de estudo sobre as universidades brasileiras integrantes da Associação de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM) – uma organização não governamental que congrega universidades públicas dos quatro países membros do Mercosul. O enfoque na cooperação interuniversitária, centrado no papel da AUGM, visa ampliar a reflexão sobre a integração regional, deslocando o eixo da discussão da dimensão econômica (atividades de produção e comercialização de bens), para outra temática fundamental no referido processo: Educação e Ciência e Tecnologia (C&T). O texto objetiva caracterizar a inserção das referidas instituições no processo de integração regional, por intermédio da cooperação interuniversitária e pela identificação de suas origens e determinantes, temas de interesse, fontes de financiamento, dificuldades, estrutura e organização da entidade e engajamento institucional (ações das reitorias). Com isso, é traçado um perfil da cooperação e são apontados os impactos verificados.

**Palavras-chave:** Mercosul, Grupo Montevidéu, Cooperação interuniversitária, Ciência e Tecnologia.

**Abstract:** This article analyzes the university cooperation based on a study of the Brazilian universities that are members of the Montevideo Group (Associação de Universidades Grupo Montevidéu – AUGM) – a non-governmental organization which congregates public universities from the four Mercosul countries. The focus on inter-university cooperation, centered on the role of AUGM, aims at a more profound reflection upon regional integration, dislocating the axis of the discussion from the economic dimension (production and commercial activities) to another fundamental theme in the process: education and Science and Technology (S&T). The text tries to characterize the insertion of the various institutions in the process of regional integration, through inter-university cooperation and through the identification of its origins and determinant factors, themes of common interest, funding sources, difficulties, structure and organization of AUGM, and institutional engagement (Administrative actions by universities). Through this, we trace a profile of the existing cooperation and we present the so-far identified impacts.

**Key Words:** Mercosul, Montevideo Group (Grupo Montevideo), inter-university cooperation, Science and Technology.

## 1. Introdução

O processo de globalização, baseado na intensificação da integração dos mercados, tem sido acompanhado pela formação de grandes espaços econômicos, integrados e competitivos, como a União Européia (UE) e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Na América Latina, a integração regional tam-

bém surge como alternativa válida para o desenvolvimento, melhor inserção e, principalmente, sobrevivência na economia internacional (Laredo, 1998: 237-238). A formação do Mercado Comum do Sul - Mercosul (composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) em 1991, resultou de ações nesta direção.

<sup>1</sup> Registramos nossos agradecimentos, pelos comentários e sugestões, à Léa Maria Strini Velho, do Departamento de Política Científica e Tecnológica/Unicamp, e à Maria Carlota de Souza Paula; responsáveis pela coordenação das equipes de pesquisa do projeto *Cooperação em Ciência e Tecnologia no Mercosul nas fases I e II*, respectivamente. Nossos agradecimentos são dirigidos igualmente a Amílcar Davyt, da Universidade de la Republica / Uruguai, cujos comentários contribuíram para a consecução desta versão final. Este texto apresenta dados do referido projeto, em particular de dois relatórios, elaborados em 1998: *Estudo Sobre a Cooperação Acadêmica - Relatório de pesquisa sobre a cooperação científica e tecnológica no Mercosul em Universidades dos Estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)*

e A Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e sua participação na Associação de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM). Ambos tiveram seu desenvolvimento sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Acompanhamento/Secretaria de Acompanhamento e Avaliação/Ministério da Ciência e Tecnologia, com apoio da Organização dos Estados Americanos - OEA, Brasília/DF.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Econômicas pela Université des Sciences Sociales de Toulouse, pesquisadora associada ao Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação - GEOPI (<http://now.at/geopi>) / Unicamp. E.mail: paulino@ige.unicamp.br.

<sup>3</sup> Doutoranda da Faculdade de Educação da Unicamp; pesquisadora do Grupo de Análise de Política da Inovação - GAPI/Unicamp. e.mail: stmeneg@zaz.com.br

Acerca da relevância das ações cooperativas entre países do Mercosul, Gómes (1998: 16-17) destaca que o desenvolvimento conjunto de programas educacionais de ensino e pesquisa pode contribuir em muito para a integração social e cultural e para saldar a “dívida social” do bloco; prioridade para a governabilidade e legitimidade dos governos democráticos. Além disso, a formação de recursos humanos e as condições de produção de conhecimento consolidam-se como ferramentas estratégicas dentro do atual paradigma produtivo<sup>4</sup>, senso de vital importância para consolidar a integração econômica pela padronização da qualificação e organização e gestão do trabalho, entre outros aspectos (Laredo, 1998). Nesse contexto, a articulação de projetos na área educacional, em especial no nível universitário, aparece como prioritário na agenda governamental dos países do Mercosul<sup>5</sup>.

Os esforços de integração na área educacional foram iniciados em 1991, dando base, no ano seguinte, para o “Plano Trienal para o Setor Educacional no Processo de Integração do Mercosul”<sup>6</sup>. Dentre as ações que incidem diretamente sobre o Ensino Superior, foi criado, em 1996, o programa “Cooperação Interuniversitária”, a fim de apoiar e incentivar a cooperação técnica entre instituições, de modo a gerar novos conhecimentos e formar recursos humanos de alto nível<sup>7</sup>.

No entanto, em paralelo às iniciativas de cooperação atreladas às decisões dos governos nacionais, verificam-se outras implementadas diretamente a partir das próprias Universidades, envolvendo suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O presente texto aborda este último tipo de iniciativa baseando-se na atuação da Associação de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM) -

4 Sobre o tema de reestruturação produtiva ver Ferreti et al. (1994); Leite (1994).

5 Para uma discussão sobre o tipo de integração promovido pelas políticas de educação superior no Mercosul e o que seria adequado ao contexto latino-americano, ver Cano (1998).

6 O ‘Plano Trienal...’ foi acordado em junho de 1992, na Argentina. Ele instituiu, entre outras, uma Comissão de Ministros na área do Trabalho, Educação e Justiça a fim de coordenar políticas educativas para os estados do bloco e definiu três programas centrais: formação de consciência favorável à integração, capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico e harmonização dos sistemas educacionais. Sobre este plano e seus desdobramentos recentes - Programa ‘Mercosul 2000’ - ver Soares (1998).

7 Este programa, que integra o documento ‘Mercosul 2000’, possui dois Projetos Operativos: 1 - ‘Cooperação Regional Interuniversitária para o Mercosul’ e 2 - ‘Promoção e Fortalecimento das Atividades de Cooperação entre as Universidades e Empresas do Mercosul’. O texto do documento está em Soares (1998).

uma organização não governamental de direito internacional que reúne Universidades do bloco Mercosul. A AUGM, ou Grupo Montevidéu, foi criada em 1991 com a finalidade de potencializar a atuação das instituições universitárias no processo de integração. Busca-se contribuir para o desenvolvimento da cooperação a partir de iniciativas institucionais.

Os dados apresentados resultam de estudos de caso realizados, no ano de 1998, nas Universidades brasileiras integrantes do Grupo Montevidéu naquele período: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; Universidade Federal de Santa Maria/UFSM; Universidade Federal de Santa Catarina /UFSC; Universidade Federal do Paraná/UFPR e Universidade Federal de São Carlos /UFSCar<sup>8</sup>. Os estudos contemplaram a análise documental e a realização de entrevistas com docentes/pesquisadores e dirigentes universitários participantes do esforço de cooperação. Foram entrevistados titulares das instâncias, diretamente subordinadas às reitorias, responsáveis pela promoção das atividades da AUGM nas universidades, bem como representantes das instituições estudadas atuantes nos núcleos disciplinares e comitês acadêmicos do Grupo.

Este trabalho enfatiza um conjunto de aspectos do tema referente à cooperação acadêmica. Cada um dos quatro aspectos estudados conforma um item da estrutura do presente texto. O primeiro refere-se ao histórico da cooperação universitária no Mercosul, com destaque para o caso da AUGM. O segundo aspecto trata da motivação para o engajamento nas atividades do Grupo. Com relação ao terceiro aspecto, foi realizada uma caracterização da cooperação considerando os seguintes aspectos: origens e determinantes, áreas/temas que concentram atividades em parceria e as dificuldades encontradas para a intensificação e a ampliação da integração acadêmica. Com base nisto, foram listadas as ações sugeridas pelos entrevistados para o enfrentamento das dificuldades mencionadas. Enfim, o quarto aspecto refere-se ao impacto e à avaliação das ações da AUGM nas universidades brasileiras.

## 2. Breve histórico da Cooperação Universitária no Mercosul e da Associação de Universidades Grupo Montevidéu – AUGM

Neste item, são apresentadas as bases em que tradicionalmente ocorre a cooperação acadêmica no Mercosul. Para tal, é feito um breve histórico da criação e da trajetória do Grupo Montevidéu.

### 2.1 Cooperação Universitária no Mercosul

Conforme apontado por Laverde (1988), as Universidades, na América Latina, sempre tiveram dificuldade para ser instâncias de produção de conhecimento e

formação de recursos humanos que minimizassem os problemas de dependência social, cultural, econômica e tecnológica da região. Nas duas últimas décadas, as mudanças globais de ordem política e econômica agravaram ainda mais esta situação, dada a necessidade de formar profissionais que atendam aos requerimentos de um novo modelo de produção.

No nível interno da instituição universitária, o novo contexto mundial também tem provocado mudanças profundas na organização do trabalho acadêmico e no modelo de produção do conhecimento - baseado nas novas tecnologias de difusão de informação - (Santos: 1994; Velho: 1998). Talvez o reflexo mais visível de todas essas mudanças (internas e externas) na academia, seja a crescente busca por maior relacionamento com o setor produtivo, que parece apontar, inclusive, para mudanças no perfil dos pesquisadores (Meneghel et al.: 2000).

A partir deste cenário, a integração universitária, ao mesmo tempo em que enfrenta o desafio de unificar esforços dos diversos países, sem que estes percam sua identidade e autonomia, possibilita desenvolver ações que alimentem a identidade de toda região, possibilitando uma percepção menos fragmentada/parcial da realidade e buscando soluções para problemas comuns (Parra, 1994).

Nas ações de cooperação universitária no Mercosul, verifica-se acentuada expansão de redes institucionais de conhecimento, cujas iniciativas têm sido incrementadas pela ação de organismos e programas (que também visam criar redes) internacionais de cooperação (Neves & Morosini, 1998)<sup>9</sup>. Mas, neste bloco, às dificuldades verificadas nos programas de integração da União Européia<sup>10</sup>, por exemplo, são acrescidos grandes problemas de ordem econômica e diversidade de características dos sistemas de ensino superior de seus países (Morosini, 1994: 29).

Faz-se necessário, portanto, que a visão favorável

sobre cooperação universitária como alavanca da integração no Mercosul considere a importância da formação de bases que aprofundem a compreensão e solidariedade entre os países, não cultivando uma perspecti-

va ingênua e limitada desta e seus objetivos (Leite, 1994). Conforme aponta Neves, C. (1994), o conceito de integração implica o estabelecimento de ações conjuntas e a elaboração de políticas que as apoiem. Sem interesse mútuo que propicie trabalho continuado entre parceiros, a cooperação institucional não ultrapassará a

exploração de algumas oportunidades educacionais por alunos de países/áreas menos desenvolvidas do Bloco.

## 2.2 Breve histórico da Associação de Universidades Grupo Montevideu /AUGM

A AUGM propõe-se participar do processo de integração regional a partir da cooperação acadêmica em Ciência e Tecnologia (C&T), Educação e Cultura entre instituições universitárias públicas dos países do Mercosul. Criada logo após o Tratado de Assunção que instituiu o Mercosul, em 1991, a entidade tem por objetivo fortalecer a capacitação em recursos humanos, pesquisa e transferência de conhecimento entre os países do bloco. Para tanto, busca promover atividades tais como: educação continuada, consolidação de massa crítica de pesquisadores em áreas estratégicas, fortalecimento das estruturas de gestão das Universidades e de intensificação de interações com a sociedade em seu conjunto<sup>11</sup>.

Inicialmente, a AUGM foi formada por cinco Universidades argentinas, uma paraguaia, uma uruguaia e uma brasileira<sup>12</sup>. A estas oito instituições reuniram-se mais quatro Universidades brasileiras (citadas anteriormente) e, recentemente, mais duas (uma argentina e outra brasileira). Atualmente o Grupo compõem-se, portanto, de 14 universidades que, segundo a definição do próprio Grupo, apresentam como características comuns: serem públicas, autônomas e auto-governadas, possuírem análoga estrutura acadêmica e nível de desenvolvimento de ensino e pesquisa, além de manifesta intenção de servir à socieda-

11 Para uma descrição detalhada sobre o processo de criação da AUGM, o delineamento de seus objetivos e primeiras atividades propostas, ver Sborovsky (1998).

12 Eram elas: Argentina - Universidad de Buenos Aires; Universidad Nacional de La Plata; Universidad Nacional do Litoral; Universidad Nacional de Rosario e Universidad Nacional de Entre Rios); Paraguai - Universidad Nacional de Asunción; Uruguai - Universidad da República; Brasil - Universidade Federal de Santa Maria.

8 Recentemente foram incorporadas ao Grupo a Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, localizada no Estado de São Paulo, que passou a ser a sexta universidade brasileira na AUGM, e a Universidade de Córdoba (Argentina).

9 Estas autoras levantaram, até 1997, quatro redes de cooperação interuniversitária no Mercosul (AUGM, Conung, Deusto e Grupo de Universidades de Fronteira do Mercosul) e atuação significativa, na região, de ao menos sete entidades de cooperação internacional (RIMA, Unesco, Programa Mistral, Programa Alfa, Programa Bolívar, Projeto Columbus, CEFIR).

10 Uma descrição destes programas pode ser encontrada em Morosini (1998).

de. Dados de 1998, revelam que a entidade congrega, ao todo, cerca de meio milhão de estudantes e 50.000 professores.

Para a consecução dos seus objetivos, o Grupo Montevideu conta basicamente com três grandes programas:

- **Programa Mobilidade Acadêmica** - destina-se ao intercâmbio de docentes e pesquisadores para eventos acadêmicos de curta duração: principalmente a participação em bancas de tese e a realização de cursos e palestras;

- **Programa Jovens Pesquisadores** - prevê a realização anual de jornadas, com uma semana de duração, e a apresentação de trabalhos científicos de jovens pesquisadores (até 35 anos). Este programa também possibilita a participação de pesquisadores *seniors* (orientadores) e confere prêmios aos melhores trabalhos;

- **Programa Núcleos Disciplinares e Comitês Acadêmicos** - objetiva promover reuniões periódicas de

pesquisadores de áreas afins para discussão, intercâmbio e realização de atividades acadêmicas em conjunto, sejam elas de docência, pesquisa ou extensão. Os Núcleos Disciplinares abrangem espaços acadêmicos unitários habitualmente radicados num serviço especializado (faculdade, escola, departamento, cátedra, etc.). Os Comitês Acadêmicos, por sua vez, são módulos interdisciplinares que se dedicam a fenômenos cuja complexidade exige conjugação de esforços. Cada um dos Núcleos/Comitês está sob responsabilidade de uma das Universidades do grupo. Em tese, as Universidades têm representantes em todos os Núcleos/Comitês para que, além de sua atuação e contribuição acadêmica, funcionem como divulgadoras de atividades referentes a diversas áreas e instituições junto à sua própria comunidade.

A composição dos Núcleos e Comitês está no quadro a seguir:

Núcleos Disciplinares e Comitês Temáticos da AUGM	
Núcleos Disciplinares	Comitês Acadêmicos
Virologia Molecular	Meio Ambiente
Matemática Aplicada	Manejo de Recursos Hídricos
Química Fina	Políticas de Integração e Desenvolvimento Tecnológico Regional
Farmacologia e Produtos Naturais	Saúde Humana e Animal
Microeletrônica	Desenvolvimento das Ciências Políticas e Sociais
Educação para a Integração	
Planejamento Estratégico e Gestão Universitária	
Redes Acadêmicas	
Sensoriamento Remoto e Meteorologia Aplicada	
Avaliação Institucional	
Engenharia de Materiais	
Engenharia Mecânica e de Produção	

**Fonte:** PAULINO, S. R. (1998) - A Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e sua participação na Associação de Universidades Grupo de Montevideu/AUGM.

Na agenda coletiva da AUGM constam ainda: desenvolvimento de programas regionais, incentivo a publicações conjuntas, apoio a cursos de pós-graduação e projetos vinculados a demandas do setor produtivo. O Grupo entende que a contribuição das Universidades para a integração regional também deve considerar atividades nas áreas cultural e desportiva, de maneira a fomentar o conhecimento mútuo entre as instituições e as cidades nas quais estas se situam, num esforço para responder ao desafio de um processo integrador mais exigente e amplo.

A efetivação das atividades promovidas pela AUGM conta com recursos provenientes de contribuições regu-

lares e extraordinárias de seus membros, e de doações, legados ou subvenções de terceiros. No entanto, no financiamento das atividades do Grupo há participação substancial de fontes externas, destacando-se a participação da UNESCO (Programa Jovens Pesquisadores, em especial) e da OIM/Organização Internacional de Migrações (Programa Mobilidade Acadêmica), o que indica o reconhecimento da entidade por parte de organismos internacionais.

As instâncias máximas de deliberação do Grupo Montevideu são o Conselho de Reitores (toma decisões, determina e supervisiona as linhas de atuação) e a Secreta-

ria Executiva (cumprir as determinações do Conselho e assegurar a continuidade das ações). A distribuição de recursos é feita anualmente, em função dos programas e das solicitações apresentadas pelos Núcleos e Comitês. Aos coordenadores destes cabe apresentar à Secretaria Executiva um plano anual de atividades com previsão de gastos; esta analisa os projetos e estabelece os critérios para a alocação e a liberação de verbas. A princípio, a todo Núcleo/Comitê está destinado algum financiamento, mas eles não o recebem se deixam de apresentar um plano anual de atividades. Neste caso, os recursos são realocados a outros solicitantes.

A partir de uma caracterização *ex-post* da trajetória de atuação da AUGM, Sborovsky (1998) identifica duas etapas. Na primeira, é enfatizada a busca do reconhecimento mútuo pelas instituições participantes, ou seja, o desenvolvimento da percepção do potencial de cooperação e a definição das áreas prioritárias para o intercâmbio. Na segunda etapa, é ressaltado o incentivo à atuação solidária dos acadêmicos de alto nível de excelência. Trata-se da criação de um sistema de atuação comunitária dos acadêmicos do bloco com destacada e reconhecida qualificação, assim como da capacidade instalada no mesmo, a fim de incrementar a capacitação das instituições e reduzir os desníveis identificados. Com esta finalidade, foi criado, em 1994, o Programa ESCALA/ Espaço Comum Acadêmico da AUGM<sup>13</sup>. Neste sentido, a orientação das ações do Grupo na segunda etapa é justificada pela verificação de que "las Universidades aisladamente no están en condiciones de responder a todos los requerimientos del medio en las diversas áreas del saber, con igual nivel de excelencia e eficacia" y que "el apoyo solidario entre varias Universidades... se presenta como una solución adecuada, viable y gradual para las más diversas áreas y aspectos..." (p.148).

### 3. Motivação para o engajamento nas atividades da AUGM

Neste item, o engajamento nas atividades propostas pela AUGM é abordado a partir do posicionamento institucional, identificado nas ações das reitorias, e do posicionamento individual dos docentes e pesquisadores

entrevistados. Com relação às instituições, busca-se identificar o papel e o significado da cooperação regional para as universidades e os canais de apoio à AUGM por elas definidos. Quanto ao posicionamento dos entrevistados, procura-se identificar as principais motivações para participar das iniciativas conjuntas com cooperantes do Grupo.

A mobilização institucional das Universidades públicas brasileiras em torno de ações voltadas para o intercâmbio regional deve ser analisada considerando mudanças no plano econômico, consolidadas nos anos 90, que levaram à reconfiguração do ambiente no qual elas se inserem. Em um contexto marcado pela expansão do ensino privado, campanha por aumen-

to da participação deste na alocação de fundos públicos e pela intensificação das restrições orçamentárias nas instituições públicas, as Universidades públicas estatais passaram a buscar mecanismos para legitimar sua atuação, bem como para consolidar-se, através do reconhecimento de entidades internacionais (Gomes, 1998).

Neste cenário, a AUGM configurou-se como instrumento de legitimação e fortalecimento das universidades públicas estatais; tanto ao explicitar e potencializar suas contribuições ao processo de integração regional, como ao credenciá-las para a busca de novas fontes de financiamento vinculadas a programas de desenvolvimento regional promovidos por organismos internacionais. Deve-se atentar para o fato de que a criação do Grupo Montevideu viabilizou a atuação em bloco a partir de uma entidade com personalidade jurídica internacional, formalizada e reconhecida legalmente.

No entanto, a Associação depende de um compromisso institucional, para promover a cooperação, atrelado à motivação que cada Universidade possui para empreender ações desta natureza. Por consequência, o engajamento das reitorias nas atividades de intercâmbio, na efetivação de ações e no incremento da participação dos docentes/pesquisadores redundam em atuações bastante distintas, como será visto a seguir.

Na UFSCar, a participação na AUGM é entendida como oportunidade de defender e divulgar a Universidade pública, além da possibilidade de disponibilizar e divulgar as competências estabelecidas na Instituição para a promoção do desenvolvimento regional. Na UFPR e UFSM, o apoio institucional às atividades do Grupo Montevideu encontra-se em sintonia com os propósitos de projeção e reconhecimento nacional e internacional das mesmas, à medida que foram verificados vários estímulos ao desenvolvimento de atividades cooperativas.

---

### Nas ações de cooperação universitária no Mercosul, verifica-se acentuada expansão de redes institucionais de conhecimento.

---

13 Marco da passagem de uma etapa a outra, estão entre os objetivos do ESCALA: a) montar um sistema de utilização comunitária de seus acadêmicos de excelência; b) criar condições econômicas de realização de trabalho mais competitivas na região, a fim de reter pessoal qualificado. (Sborovsky, 1998:146).

No caso da UFRGS e da UFSC, nota-se um posicionamento institucional bastante favorável em relação às atividades da AUGM. Os dirigentes universitários entrevistados sugeriram que a administração adote posturas mais destacadas no processo de consolidação da entidade, a qual deve ser vista sempre no âmbito de um movimento maior de integração no Mercosul. Na primeira instituição, foram criados centros e grupos de estudo inteiramente voltados para esta temática mas, na segunda, não se encontraram iniciativas institucionais indicando a concretização desta proposta<sup>14</sup>.

No que diz respeito aos canais disponibilizados pelas reitorias para apoio às atividades da AUGM, verificou-se que em todas as Universidades a representação institucional fica a cargo da assessoria de relações internacionais das mesmas. É por intermédio destas que o apoio institucional é operacionalizado, ou seja, são criadas condições objetivas para o estabelecimento e desenvolvimento da cooperação. Como exemplos de ações nesse sentido, podem ser mencionadas: divulgação das atividades da entidade na instituição e estímulo à participação da comunidade acadêmica; indicação de representantes nos Núcleos/Comitês; financiamento da participação dos representantes da Universidade nas reuniões; repasse de informações vindas do Conselho de Reitores da entidade, da Secretaria Executiva e dos Núcleos e Comitês<sup>15</sup>.

Ainda quanto à representação institucional na AUGM, cabe destacar a peculiaridade de duas instituições, a UFPR e a UFSM, que revelaram especial empenho e engajamento nas atividades deste Grupo.

Na UFPR, mesmo contando com o apoio da Assessoria de Relações Internacionais, a representação institucional esteve sob responsabilidade direta da Vice-Reitoria. Houve incentivo à participação de pesquisadores nos três Programas da AUGM - em especial no de Núcleos e Comitês, cujos representantes faziam reuniões

periódicas. Também houve publicação de livros e foram sediados eventos científicos.

A UFSM criou um órgão especial para dar suporte à reitoria na questão da cooperação interuniversitária: a Assessoria para Assuntos do Mercosul, responsável também pela representação na AUGM. Esta Universidade tem participação intensa nas Jornadas Jovens Pesquisadores; atua na organização de seminários e oferece cursos de pós-graduação em nível de especialização.

Quanto ao posicionamento individual de docentes e pesquisadores entrevistados, diante da proposta de cooperação do Grupo Montevidéu, estes apresentam duas diferentes posturas: 1) vêem a entidade como um espaço privilegiado para promover a integração entre países que precisam se unir para formar base tecnológica própria e, assim, obter autonomia em setores estratégicos; 2) enfocam as possibilidades de financiamento que se abrem a partir de projetos cooperativos com a ajuda de agências (internacionais ou nacionais) que promovem o intercâmbio científico entre países. Em ambas situações, foi enfatizada a importância do estabelecimento de medidas e instrumentos que contribuam para a concretização dos projetos. Isto é apontado como fundamental para que os esforços empreendidos atinjam seus objetivos e para que haja incentivos aos pesquisadores, para atuar na cooperação regional, ao identificarem perspectivas concretas de apoio às suas iniciativas.

#### 4. Caracterização da cooperação

A análise da dinâmica de participação das Universidades brasileiras nas iniciativas do Grupo Montevidéu permite avançar na caracterização da cooperação efetivada. Neste item serão destacados basicamente quatro aspectos: origens e determinantes da cooperação, temas em torno dos quais se aglutinam a maior parte das ações cooperativas, dificuldades apontadas para o desenvolvimento do intercâmbio e, por fim, propostas feitas por pesquisadores e administradores universitários sobre como encaminhar políticas de cooperação.

##### 4.1. Origens e determinantes

De maneira geral, os primeiros contatos dos pesquisadores com contrapartes do Mercosul visando a realização de atividades conjuntas decorreram de iniciativas e relacionamentos pessoais. A maioria deles viabilizou-se antes do ingresso da sua Universidade na AUGM, pela participação em encontros/seminários temáticos. Desde o primeiro momento em que efetuados, estes contatos foram favorecidos pela percepção/posicionamento dos envolvidos de que a cooperação interuniversitária no bloco tem por tarefa contribuir para a integração e desenvolvimento regional.

14 Na UFSC, entrevistas com pesquisadores não revelaram muitos estímulos/ações que fossem ao encontro da orientação oficial. Praticamente não foram identificados pesquisadores que acompanham/freqüentam as reuniões dos Núcleos e Comitês.

15 Na UFSM, cabe à Assessoria da Reitoria para Assuntos Internacionais (ARAI) divulgar e incentivar as atividades do Grupo Montevidéu nas unidades acadêmicas. Segundo posicionamento oficial, esta Universidade procura engajar-se nos três programas que pautam a atuação da AUGM. Na UFSC, a representação nesta entidade é feita pelo Escritório de Assuntos Internacionais (ESAI) e a participação da instituição dá-se principalmente através do Programa Jovens Pesquisadores. Na UFRGS, que possui forte atuação no Comitê Águas, a promoção e divulgação do Grupo Montevidéu estão a cargo da Assessoria de Assuntos Internacionais.

À proximidade geográfica foi atribuída importância significativa para a elaboração de projetos de pesquisa em conjunto, pois tal proximidade está vinculada à possibilidade de identificar problemas/objetos/linhas de pesquisa de interesse comum ao bloco. Neste sentido, as ações cooperativas podem poupar esforços e recursos e ampliar os canais de obtenção de financiamento, melhor auxiliando a busca de soluções<sup>16</sup>.

Nas Universidades do Rio Grande do Sul, assim como na área de Linguística da UFSC, a motivação, os vínculos e os relacionamentos pessoais constituem fatores importantes de estímulo à cooperação com outras instituições do Mercosul. Verificou-se, assim, a existência de uma motivação particular para o desenvolvimento de trabalhos em conjunto. Nestes casos, o estabelecimento de diretrizes institucionais favoráveis à cooperação regional ganha nova perspectiva: ele é menos uma contribuição à formação de vínculos do que o apoio para o estreitamento e a intensificação de iniciativas já existentes.

No entanto, em algumas Universidades foi a partir do ingresso na AUGM que houve um despertar para as possibilidades de intercâmbio com parceiros do Mercosul. São os casos da UFPR e da UFSCar. Além da distância geográfica, esta falta de conexão foi atribuída, pelos pesquisadores, à não convergência entre as linhas de pesquisa das diversas instituições e, principalmente, à ausência de tradição em cooperação acadêmica com instituições de outros países do bloco. O mesmo se aplica ao caso da UFSC, universidade que apresenta maior proximidade geográfica com os demais países do Mercosul.

Apesar das diferenças entre as duas situações retratadas, parece evidente que a participação na AUGM já causou impactos nas instituições brasileiras, e que a entidade pode estimular em muito a aproximação da agenda universitária de ensino e pesquisa no Mercosul em temas e áreas que justifiquem tal convergência. Este estímulo pode ocorrer através da divulgação do potencial de pesquisa das instituições, induzindo maior aproximação entre elas, e da criação de condições objetivas para o intercâmbio.

#### 4.2. Áreas e temas da cooperação

Os Núcleos Disciplinares e Comitês Acadêmicos do Grupo Montevidéu abrangem diversas áreas do conhecimento, abrindo espaço para um grande número de temas e áreas de atuação. Dentre estes últimos, os que têm concentrado iniciativas de pesquisa conjunta nas Universidades brasileiras são apresentados a seguir.<sup>17</sup>

16 Cabe lembrar que o Comitê Recursos Hídricos (Águas), por exemplo, tem centrado esforços na elaboração de proposta para criação de uma rede de pesquisadores voltada ao desenvolvimento de metodologias de avaliação e controle de impactos ambientais na Bacia do Prata.

- UFPR: Avaliação Institucional e Manejo de Recursos Hídricos;
- UFSC: Políticas Linguísticas;
- UFSM: Extensão Rural, Farmacologia e Manejo de Recursos Hídricos;
- UFSCar: Desenvolvimento Regional, Engenharia de Materiais e Meio Ambiente;
- UFRGS: Biotecnologia e Manejo de Recursos Hídricos.

Os Comitês Manejo de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, assim como os Núcleos Educação para Integração (no qual se insere o Grupo de Trabalho Políticas Linguísticas) e Avaliação Institucional, foram citados como os mais dinâmicos e com melhor funcionamento. Eles constituem-se exemplos da atuação da AUGM: na criação de espaços reconhecidos institucionalmente para o estabelecimento de linhas de pesquisa vinculadas à identificação de problemas comuns (caso dos Comitês); na formação de recursos humanos e pesquisa em temas nos quais as instituições ainda não eram altamente qualificadas (Avaliação Institucional); no apoio à cooperação em áreas nas quais o intercâmbio, caso baseado em iniciativas individuais, ocorreria espontaneamente mas de forma mais lenta e com menor abrangência (Políticas Linguísticas).

Entretanto, outros Núcleos e Comitês não chegaram a funcionar plenamente (dentre outros motivos, por dificuldades para financiar os projetos e o próprio deslocamento dos pesquisadores; troca de coordenador). Verificaram-se, inclusive, casos em que não houve encontros nem qualquer tipo de contato entre o coordenador e os pesquisadores/ colaboradores.

Independente dos fatores que têm contribuído para o “bom” ou “mau” desempenho dos grupos temáticos, há indicativos de que eles carecem de reestruturação. Os temas que fomentam a cooperação necessitariam ser reavaliados, a fim de excluir os que se mostraram inviáveis e incluir novos núcleos ou comitês. Além disso, depoimentos de docentes e pesquisadores entrevistados evidenciaram ser importante que a AUGM procure garantir a composição do quadro de coordenadores e representantes institucionais por pesquisadores que tenham interesse efetivo na cooperação e que se disponham a atuar em prol dessa colaboração. Isto objetiva evitar o esvaziamento de grupos em áreas relevantes em torno das quais não

17 Foram encontradas, em algumas Universidades, áreas em que há cooperação científica e acadêmica com parceiros do Mercosul, cuja iniciativa não deriva de programas e atividades da AUGM mas, sim, de organismos internacionais. Caso da Faculdade de Enfermagem/UFSC, que estava definindo parceria com instituições latino-americanas para oferecimento de cursos de pós-graduação.

se tem logrado aglutinar pessoas para a elaboração e o desenvolvimento de programas de atividades.

Dentro dos Núcleos/Comitês, as principais atividades promovidas são: (i) eventos científicos e estágios que incentivam a mobilidade e aproximação de pesquisadores; (ii) formação de recursos humanos via oferta de cursos em nível de pós-graduação; (iii) e desenvolvimento de projetos de pesquisa. Apesar dos bons resultados já obtidos, verifica-se nitidamente maior dificuldade para efetivação do último tipo de atividade. Este aspecto, em particular, será abordado no item a seguir.

#### 4.3. Dificuldades para a cooperação

Os fatores associados às dificuldades para o desenvolvimento da cooperação podem ser agregados, basicamente, em quatro categorias:

- atuação de órgãos federais sobre a cooperação acadêmica no Mercosul, cujas ações institucionais de incentivo e desenvolvimento são consideradas insuficientes;
- estabelecimento e/ou identificação de fontes de financiamento;
- organização interna da AUGM;
- inserção da problemática da integração e desenvolvimento regional na agenda de ensino e pesquisa das Universidades do Grupo.

A fim de explicitar cada uma delas, serão listados a seguir os principais tópicos sobre as dificuldades para o desenvolvimento e efetivação da cooperação. Esta forma de apresentação dos referidos tópicos reflete a delimitação estabelecida por um dos objetivos que orientou a pesquisa na qual está baseada o presente texto, qual seja: buscou-se identificar fatores que constituem obstáculos para a intensificação da cooperação em C&T no Mercosul.

##### 4.3.1 - Atuação de órgãos federais sobre a cooperação acadêmica no Mercosul

- Centralização, nas instâncias federais, da tomada de decisões sobre políticas públicas (entre elas, Educação) que envolvem temas e problemas relativos ao desenvolvimento regional e, em particular, às zonas de fronteira;

- Ausência de uma política de cooperação acadêmica. Os estímulos governamentais concentram-se na integração comercial e as Universidades não têm autonomia para tomar medidas que solucionem problemas simples<sup>18</sup>;

18 Dentre estes, um dos mais citados foi o deslocamento de professores e pesquisadores das Universidades federais brasileiras para outras instituições do bloco, pois este precisa ser autorizado pelo Ministério da Educação.

- Baixa receptividade, nas instâncias governamentais dos países do bloco, às solicitações e propostas apresentadas pela sua comunidade científica<sup>19</sup>;

- Dificuldades para a implementação de programas de incentivo à mobilidade de pesquisadores;

- Manutenção de sistemas de ensino e produção industrial dos países-membros cujas características redundam em dificuldades para compatibilizar regras e normas para reconhecimento de diplomas e títulos universitários, reconhecimento da equivalência desses diplomas para efeitos profissionais; validação de créditos, adequação de normas técnicas para desenvolvimento de produtos tecnológicos, entre outros<sup>20</sup>.

##### 4.3.2 - Estabelecimento e/ou identificação de fontes de financiamento

- A insuficiência de recursos é o principal impedimento à concretização das iniciativas e planos de cooperação. Ela causa problemas desde o simples deslocamento de docentes para reuniões convocadas pelos Núcleos/Comitês, à inviabilização do estabelecimento de condições objetivas para o desenvolvimento de projetos mais elaborados.

- Necessidade de linhas de crédito exclusivas para a ações conjuntas envolvendo países da América Latina e/ou do Mercosul nas agências brasileiras de fomento (CAPES, CNPq, FINEP, agências estaduais de fomento à pesquisa). Pesquisadores e administradores universitários acreditam que a disponibilização de verbas específicas para o desenvolvimento regional, estimulariam a alavancagem de projetos cooperativos.

A carência de recursos e linhas de financiamento destinadas à cooperação acadêmica no Mercosul atinge diretamente a efetivação de desdobramentos dos contatos iniciais propiciados pela AUGM, assim como o encaminhamento de projetos gerados no seu âmbito. Devido a este aspecto, fundamental para a continuidade dos trabalhos, Universidades brasileiras integrantes da entidade

19 Como exemplo, citamos o parecer negativo da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECYT) Argentina à criação de mestrados conjuntos (Argentina, Brasil e Uruguai) em Oceanografia. Como desdobramento, o BID não aprovou recursos suficientes para o projeto inviabilizando, na prática, sua implementação.

20 Desde a criação do Mercosul existem comissões, formadas pelos quatro países, encarregadas de equalizar os diferentes sistemas de ensino e exercício profissional existentes no bloco. No entanto, devido à complexidade das questões suscitadas nessa área, considerada primordial, o tempo de resposta destas instâncias, no oferecimento de alternativas que facilitem o desenvolvimento da cooperação, é motivo de insatisfações tanto no meio acadêmico como no industrial.

têm buscado, em particular ou em conjunto, tentativas para amenizá-lo<sup>21</sup>.

Os Núcleos e Comitês mais organizados têm buscado recursos em entidades fora do âmbito da AUGM (o de 'Avaliação Institucional' na União Européia, por exemplo), devido à impossibilidade da mesma em aportar recursos à execução de projetos de maior envergadura. Mas poucos parecem ter perspectiva de aliar projetos de pesquisa inter-institucionais a demandas (públicas ou privadas) regionais que possibilitem o aporte de recursos externos.

#### 4.3.3 - Organização Interna da AUGM

- Deficiência na organização de vários Núcleos e Comitês: na elaboração (isolada) de pautas e convocação de reuniões (sem notificação antecipada); na elaboração de planos de atividades que explicitem a evolução dos trabalhos e as necessidades em termos de recursos financeiros; na distribuição e circulação da informação (descontínua e ineficaz)<sup>22</sup>.

- Falta de divulgação, no interior das Universidades, das possibilidades colocadas pela AUGM. Os pesquisadores acreditam serem necessários maiores esforços, da entidade e de suas próprias instituições e/ou unidades acadêmicas, para a difusão de informações (via boletins internos e Internet, por exemplo), visando integrar a programação do Grupo Montevideu ao cotidiano das Universidades<sup>23</sup>.

- Necessidade de reestruturação e/ou renovação dos Núcleos/Comitês – após alguns anos funcionando em uma determinada sistemática e estrutura, acredita-se ser necessário avaliar o quanto a estratégia de atuação do Grupo vem sendo bem sucedida (não só para diminuir/

eliminar os problemas existentes, mas para divulgar e “prestigiar” os bons resultados já obtidos).

- Atraso na liberação dos recursos concedidos aos Núcleos e Comitês e necessidade de maior clareza no processo de distribuição dos mesmos.

- Descontinuidade nas linhas de ação e políticas estabelecidas pela entidade devido à renovação periódica das reitorias (mudança de reitores e representantes das Universidades no Grupo).

No que diz respeito à organização e divulgação das atividades dos Núcleos/Comitês, cabe destacar que o apoio institucional é fundamental para que seus coordenadores disponham de infra-estrutura mínima para uma boa atuação (acesso a telefone e fax; apoio de secretária para manter a correspondência atualizada; espaço e verbas para a realização de encontros com os demais integrantes). Este apoio também é necessário aos representantes dos Núcleos/ Comitês, para que estes compareçam às reuniões convocadas pelos coordenadores (a AUGM, em geral, só fornece as passagens) e viabilizem a inserção da sua instituição nas atividades programadas pela entidade.

Em geral, o envolvimento docente - de coordenadores e representantes de Núcleos/ Comitês na cooperação - mostrou-se limitado. Apesar de nomeados, poucos assumem efetivamente o trabalho de elaborar e executar projetos interinstitucionais, não raro devido à falta de recursos. Nos casos de cooperação bem-sucedida, envolvendo projetos complexos (parceria em pesquisa e cursos de pós-graduação, que implicam cooperação a longo prazo entre pesquisadores qualificados), nota-se forte relação dos coordenadores e integrantes dos grupos temáticos com a proposta de trabalho estabelecida. O vínculo alavancado pela iniciativa institucional (AUGM) exige, para a sua consolidação, a atuação do coordenador bem como o compromisso e o empenho pessoal de todos os envolvidos.

Este ponto chama atenção para as bases da cooperação, ou seja, para os elementos necessários à elaboração e execução de projetos conjuntos: construção de objetivos comuns, confiança mútua e coesão dos membros do grupo. Como estas bases estão em processo de construção, elas ainda são frágeis, pois alicerçadas em relações pessoais - e não institucionais.

Em tal contexto, a recomendável rotatividade de reitores, coordenadores ou representantes de Núcleos/ Comitês frente às instâncias e às funções de tomada de

21 Constitui exemplo deste tipo de iniciativa a proposta, elaborada na UFScar, referente à obtenção de recursos para a AUGM via recolhimento de um percentual do seu orçamento a ser disponibilizado por intermédio da Assessoria da Reitoria para Assuntos Internacionais (ARAI). Já a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) aprovou uma linha de financiamento exclusiva para o Mercosul. As Universidades brasileiras integrantes da AUGM solicitaram ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) o financiamento de parte de seus gastos. Em resposta a esta e a outras solicitações, este órgão estabeleceu uma linha de crédito específica para o Mercosul. Cabe destacar que as iniciativas governamentais de apoio à cooperação acadêmica no bloco são todas posteriores à criação do Grupo Montevideu.

22 Neste caso, verificam-se críticas diretas a coordenadores dos Núcleos/Comitês, que possuem a difícil tarefa de obter da sua instituição infra-estrutura (de apoio à difusão de informações sobre as atividades) que permita motivar os integrantes das demais Universidades a uma participação ativa.

23 Segundo foi possível constatar, o Programa de Mobilidade Acadêmica, por exemplo, não tem sido explorado em todo seu potencial por ser pouco conhecido no interior das próprias instituições participantes.

decisão e de coordenação passam a comprometer a estabilidade dos trabalhos em andamento.

Ilustra-se, assim, que poucas instituições contam com uma cultura institucional como elemento para promover a continuidade de trabalhos conjuntos, a despeito da ocorrência de alterações nos quadros técnico e administrativo.

#### **4.3.4 - Inserção da problemática da integração regional na agenda de ensino e pesquisa das Universidades do Grupo**

- Visão equivocada sobre cooperação: algumas instituições e pesquisadores entendem a cooperação como simples promoção de encontros e reuniões esporádicas para troca de experiências, não dispondo de percepção mais ampla sobre a oportunidade de buscar e implementar soluções conjuntas a curto, médio e longo prazos;
- Compreensão limitada do que é a produção científica devido à persistência, no meio acadêmico, de comportamentos pautados pela cultura da realização de trabalhos acadêmicos isoladamente, sem cooperantes de outras instituições (quanto mais de outros países);
- Escasso conhecimento sobre as linhas de trabalho de docentes/pesquisadores de outras instituições do Mercosul. Por um lado, o intercâmbio não é maior porque falta conhecimento mútuo e, por outro, a interação é pequena porque os projetos integrados não são numerosos;
- Limitações para a identificação e a proposição de linhas de pesquisa comuns, desestimulando um maior engajamento dos pesquisadores. É justamente este o desafio que a criação dos Comitês Acadêmicos deve enfrentar, isto é, desenvolver projetos sobre temas de interesse coletivo em uma abordagem interdisciplinar;
- Impossibilidade, dentro de Núcleos/Comitês específicos, de formar grupos de interlocutores qualificados em todas as instituições (dados os diferentes níveis de envolvimento atingidos pelas diversas áreas nas Universidades do Grupo).

#### **4.4 - Ações propostas por pesquisadores e administradores universitários**

Entre as dificuldades da AUGM está a legitimação e auto-afirmação em um campo onde a definição de políticas (cooperação acadêmica no Mercosul) encontra-se em estágio inicial. Cientes disso, vários pesquisadores e administradores fizeram sugestões quanto ao estabelecimento de diretrizes e à formulação de políticas para a entidade. As mais recorrentes foram:

- Ampla divulgação da AUGM e intensificação da mobilidade acadêmica (docente e discente) via im-

plantação de cursos em nível de pós-graduação e estabelecimento de equivalências para atividades realizadas por estudantes de graduação (estágios e disciplinas) nas instituições da entidade. Estas medidas seriam importantes para: (i) definir uma agenda comum de pesquisa; (ii) gerar atividades de ensino e pesquisa orientadas a interesses coletivos; (iii) e formar/capacitar recursos humanos no espírito da cooperação.

- Implantação, nos organismos oficiais, de programas específicos de apoio à aproximação entre comunidades acadêmicas do Mercosul. Estes induziriam à elaboração de uma agenda de pesquisa conjunta que respondesse às demandas locais e contribuisse para o desenvolvimento regional. Programas de incentivo a projetos temáticos integrados poderiam contribuir para a resolução de problemas e aproveitamento de recursos comuns (como Recursos Hídricos, Saúde Coletiva, Biotecnologia ligada à Agropecuária, Meio-Ambiente). A existência de políticas integradoras pode potencializar a convergência entre a pesquisa universitária e a busca de soluções para problemas e demandas regionais, consolidando parcerias já existentes e/ou estimulando novas aproximações.
- Criação de uma rede/banco de dados em conjunto com os países do Mercosul, a fim de disponibilizar informações que permitam identificar pesquisadores e instituições com potencial de cooperação. Essa medida também evitaria a atual duplicação de esforços para o mesmo fim (observada em algumas áreas), ao criar condições de melhor e maior comunicação (troca de dados e informações) entre os vários organismos das áreas educacional e de C&T que trabalham temas semelhantes e complementares.

Em resumo, a formulação e implementação de políticas de cooperação precisa: a) ser efetuada a partir do conhecimento da realidade e das possibilidades da cooperação; b) tornar possível reunir os esforços já realizados (ganhar tempo e poupar recursos), evitando sua replicação. Para tanto, pesquisadores, administradores universitários e órgãos governamentais devem não apenas disponibilizar as informações existentes (em Universidades, órgãos governamentais, e aquelas detidas por pesquisadores), propiciando que estas circulem e estejam ao alcance de todos os interessados, mas, sobretudo, considerá-las na definição e implementação de suas ações.

#### **5. Impacto e Avaliação das Ações da AUGM nas Universidades Brasileiras**

A atuação da AUGM é pautada pela busca de legitimação do ensino superior público estatal no Mercosul.

Neste sentido, procura estimular a aproximação entre as comunidades acadêmicas através de ações planejadas de divulgação das competências das instituições e da busca de canais alternativos de financiamento. As iniciativas empreendidas até o momento têm o mérito de haver introduzido e conferido visibilidade, nas instituições brasileiras (e também nas demais) participantes, ao tema da cooperação acadêmica regional.

Sua criação representa o estabelecimento de um espaço institucional de incentivo à cooperação interuniversitária no bloco, que tem induzido e/ou ampliado contatos entre pesquisadores de diversas áreas. A maioria destes encontra-se na fase inicial, mas já existem grupos em fase de consolidação. Assim, devem ser destacadas como contribuição do Grupo as ações de estímulo ao estabelecimento, no ambiente universitário, de uma cultura institucional favorável à cooperação regional.

De modo geral, o impacto do Grupo pode ser considerado positivo, à medida que tanto nas Universidades como entre os pesquisadores foram suscitadas expectativas de realização de projetos cooperativos, que explicitam novas frentes de pesquisa e fontes de financiamentos, além da convicção de que o desenvolvimento conjunto dos países do bloco é uma necessidade para o fortalecimento da região frente às demais nações. Existe, portanto, um "clima" favorável à cooperação e a uma proposta mais ampla de integração, que contemple o resgate e a consolidação de identidades culturais entre os países e regiões.

No entanto, a AUGM tem um longo caminho a percorrer na busca do estabelecimento de condições satisfatórias para a consecução dos seus objetivos. Duas orientações podem ser detectadas na sua atuação, até o momento. A primeira é o incentivo à aproximação entre as comunidades acadêmicas (para conhecimento mútuo); a segunda, iniciada em 1994 a partir de algumas parcerias e planos de trabalho já estabelecidos, pautou-se pelo objetivo de homogeneizar o nível de desenvolvimento, em diversas áreas, das instituições do Grupo (Programa Escala). Até onde foi possível verificar, os dados obtidos indicam que as Universidades têm restringido suas ações institucionais em torno da primeira orientação. Em muitas áreas o potencial de cooperação das instituições e pesquisadores permanece desconhecido, o que limita significativamente o interesse na sua realização. E, mesmo naquelas em que foram identificados parceiros, a falta de recursos/ fontes de financiamento para a efetivação de projetos conjuntos desestimula as iniciativas.

Os Programas Mobilidade Acadêmica e Jornadas para Jovens Pesquisadores têm recebido avaliação positiva das próprias instituições participantes; propiciam os primeiros contatos entre alunos, pesquisadores e administradores universitários (troca de experiências e divulgação de pesquisas; viabilização de parcerias; estímulo aos alu-

nos para a carreira acadêmica<sup>24</sup>). O Programa Núcleos Acadêmicos e Comitês Temáticos, por sua vez, prevê cooperação científica mais elaborada. No entanto, possui grupos atuando de formas bastante distintas, sendo que poucos conseguiram estruturar-se e ultrapassar a fase de "conhecimento mútuo". Mesmo nos casos em que isto ocorreu, dificuldades de financiamento têm impedido que as propostas sejam concretizadas.

Outro problema, que também representa um obstáculo à concretização de projetos cooperados, tem sido as dificuldades para realizar ações coordenadas (o que atinge diversos níveis da entidade) referentes à elaboração e divulgação da agenda dos Núcleos/Comitês. Tais ações raramente estão devidamente articuladas com aquelas empreendidas pelas reitorias das Universidades associadas; falta participação efetiva de uma parcela dos representantes institucionais; são raros ou mesmo inexistentes os encontros entre as diversas instâncias da cooperação (representantes dos reitores; gestores da cooperação internacional; representantes dos Núcleos/Comitês; pesquisadores e alunos participantes dos programas).

Quanto ao engajamento das universidades brasileiras, por meio das ações protagonizadas pelas reitorias, destacam-se dois pontos. O primeiro diz respeito à motivação para o ingresso no Grupo. Foram mencionadas a oportunidade para incrementar esforços na participação ativa no desenvolvimento da cooperação universitária regional e o aproveitamento de oportunidades para divulgar e ampliar o espaço de projeção e reconhecimento das instituições envolvidas. O segundo ponto refere-se à disponibilização de canais institucionais para promover as atividades da AUGM. Cabe às assessorias de relações internacionais, diretamente vinculadas às reitorias, a divulgação das ações da entidade junto ao público interno à cada Universidade.

Assim, as ações da entidade, por intermédio do engajamento das reitorias das universidades participantes, devem convergir para a resolução de problemas comuns e, ao mesmo tempo, ter capacidade de extrapolar sua incidência, focada, até o momento, em um público restrito sediado em um número reduzido de instituições universitárias. Esse é o desafio ao qual o Grupo deverá oferecer respostas, a fim de consolidar seu potencial de contribuição para o desenvolvimento cooperativo no Mercosul.

Os desdobramentos das ações empreendidas pelo Grupo têm, ainda, evidenciado a importância e a necessidade de iniciativas externas à agenda oficial (governos,

24 Na AUGM, há dados que indicam um crescimento no número de alunos que participam das 'Jornadas' e, posteriormente, prosseguem a pós-graduação em instituições da entidade que não a sua de origem.

em suas diferentes instâncias) para impulsionar o processo de integração regional.

## 6. Considerações Finais

A experiência do Grupo Montevideu auxilia em muito o entendimento do cenário no qual se desenvolve o processo de integração das instituições universitárias do Mercosul. Neste cenário, podem ser destacados, a partir dos depoimentos dos docentes e pesquisadores consultados, cinco aspectos: a importância e os limites da cooperação regional; a redefinição do número de instituições membro da AUGM; a elaboração de uma agenda comum para o ensino superior no Mercosul; a identificação de recursos para projetos cooperativos e a multiplicação de mecanismos de estímulo à cooperação.

No que diz respeito às iniciativas voltadas à superação dos limites para o desenvolvimento da cooperação, potencializar a qualificação das instituições membros em seu conjunto e nas diferentes áreas do conhecimento, por intermédio de ações cooperativas, constitui um desafio para a entidade. Diante do problema, a AUGM estabeleceu, em 1994, o Programa Escala. No entanto, os dados indicam que ainda permanece a dificuldade para identificar parceiros e viabilizar as condições requeridas para a efetivação de trabalhos conjuntos. Explicam este fato tanto a tendência de cooperar prioritariamente com instituições dos Estados Unidos e da Europa, quanto o desconhecimento do potencial das outras instituições ou a dificuldade de alavancar, a partir de parcerias regionais, projetos de interesse mútuo.

Quanto à importância da cooperação, países em desenvolvimento, como os do Mercosul, cientes da relevância da integração regional como alternativa de desenvolvimento e de maior inserção internacional, enfrentam o desafio de investir neste processo mesmo apresentando restrições quanto aos recursos disponíveis para tanto. Diante disso, aumentam as preocupações referentes à qualidade e à rapidez do retorno dos investimentos em cooperação interuniversitária. Os próprios governos, conforme aponta Neves, A. (1998:135), esperam que a cooperação seja de "primeira linha" (produção de conhecimento científico, desenvolvimento acadêmico), pois a de "segunda linha" (simples intercâmbio de docentes/alunos para troca de experiências) coloca-se em plano secundário. Desta preocupação, decorre a proposta de que a cooperação seja feita a partir da identificação de "centros de excelência" na região, em torno dos quais seriam mobilizados recursos.

Esta proposta afeta diretamente não só as instituições pertencentes ao Grupo, mas também aquelas que poderiam vir a colaborar e/ou dele participar. Há indícios de que auxílios que contemplam indivíduos e instituições isoladas têm pouca eficácia e relevância em termos de promoção da cooperação e integração regional. Existe, então, o risco de que se promovam relações pontuais, com iniciativas limitadas a poucos docentes (líderes de pesquisa), fixados em determinadas instituições (Centros de Excelência), ratificando a distribuição de recursos de forma a excluir, a princípio, a maioria das instituições. Com isso, perde-se o princípio indutor da cooperação, isto é, o

estabelecimento de políticas de integração que não considerem apenas aspectos econômicos (voltados para a competitividade), mas o interesse regional. Desconsidera-se, ainda, o efeito multiplicador de uma política mais ampla de integração e de estímulo à cooperação.

No que se refere à elaboração de uma agenda comum para o ensino, o processo de integração universitária destaca-se como um item de uma nova concepção de sistema de educação superior, que se caracteriza pela existência de diversas possibilidades: cursos com a mesma grade curricular em diferentes países, cursos com diferentes temas e abordagens, oferecidos para vários grupos de alunos e diversos níveis (Morosini, 1998:61). Ou seja: abrem-se novas oportunidades para a formação de recursos humanos e produção de conhecimento.

Dessa perspectiva, parece possível tentar fortalecer as instituições integrantes do Grupo por intermédio da atuação pautada pela cooperação bem como pensar a integração como uma oportunidade para desenvolver o sistema de ensino superior dos países envolvidos numa perspectiva diferente da existente/conhecida. A aproximação entre as instituições da AUGM possibilitaria a elaboração de projetos de interesse e proveito comum (cursos de especialização e mestrado, incremento de centros de estudo e pesquisa pelo intercâmbio com outras instituições). A ampliação da base da cooperação, em uma perspectiva mais global, também poderia incorporar, em projetos específicos, instituições e acadêmicos externos ao Mercosul que pudessem contribuir para o êxito das iniciativas.

Cabe destacar que medidas como estas não implicariam abdicar da proposta de cooperação produtiva e com qualidade, tampouco do estímulo a parcerias entre os Centros de Excelência da região, a fim de construir maiores e melhores competências em C&T. Trata-se de evitar

---

**Existe um "clima" favorável à cooperação e a uma proposta mais ampla de integração, que contemple o resgate e a consolidação de identidades culturais entre os países e regiões.**

---

que ações cooperativas fiquem concentradas em poucos grupos e equipes.

Quanto à questão da identificação de recursos para projetos cooperativos, a experiência da AUGM tem mostrado as insuficiências e limitações nos canais de financiamento internos ao Mercosul. Ao mesmo tempo, tem permitido a identificação de fontes internacionais atreladas a programas de desenvolvimento regional.

Com relação à identificação de fontes de financiamento e à distribuição dos recursos, por estas mesmas fontes, para projetos em cooperação, o reconhecimento crescente dos benefícios econômicos do desenvolvimento tecnológico pode ser indicativo de ênfase na pesquisa universitária com desdobramentos sobre o melhoramento de produtos e processos. Isso coloca às Universidades a importância de estar atentas ao estabelecimento de critérios para a elaboração de acordos internacionais. Os contratos ou termos de acordos internacionais de cooperação deverão permitir que as instituições envolvidas pos-

sam usufruir de forma equânime e proporcional dos resultados dos projetos.

Por fim, com relação à multiplicação dos mecanismos de estímulo à cooperação, duas sugestões destacaram-se nos resultados da pesquisa de campo que subsidiou o presente trabalho. A primeira indica que uma maior autonomia de gestão das Universidades federais brasileiras permitiria a estas uma atuação mais intensa na AUGM, com liberdade para destinar recursos a atividades/projetos de integração regional e, também, para criar fontes que assegurem recursos próprios a serem alocados nos programas da entidade.

A segunda sugestão defende a inserção e valorização, nos critérios de avaliação do trabalho acadêmico adotados pelas universidades e órgãos oficiais, de atividades que promovam a integração regional, como um estímulo ao engajamento institucional em experiências como a AUGM.

## 7. Bibliografia

- CANO, D. J. (1998) Políticas Internacionais e Políticas Universitárias de Integração, In: Morosini, M.C. (org.), *Mercosul – políticas e ações universitárias*. Autores Associados: Campinas-SP; Editora da Universidade: Porto Alegre-RS.
- FERRETTI, C.; ZIBAS, D.; MADEIRA, F. & FRANCO, M.L. (1994) *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação*. Vozes: Petrópolis-RJ.
- GOMES, R. R. (1998) Integración Regional, In: Morosini, M.C. (org.), *Mercosul – políticas e ações universitárias*. Autores Associados: Campinas-SP; Editora da Universidade: Porto Alegre-RS.
- LAREDO, I. M. (1998) Educación y Cooperación para la Integración Regional, In: Morosini, M.C. (org.), *Mercosul – políticas e ações universitárias*. Autores Associados: Campinas-SP; Editora da Universidade: Porto Alegre-RS.
- LAVERDE, J. (1998) La investigación científica en América Latina y los países del Convenio Andrés Bello. *Revista Convenio Andrés Bello*, nº35, año XII, Diciembre.
- LEITE, D. (1994) Universidade e Integração: a centralidade do conhecimento, In: Morosini, M.C. (org.), *Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios*. Cortez: São Paulo.
- LEITE, M. (1995) Reestruturação Produtiva, Qualificação e Treinamento – a experiência brasileira à luz do quadro internacional, Relatório de Pesquisa, Unicamp: Campinas-SP.
- MENEGHEL, S. M.; MELLO, D. L.; GOMES, E. G.; BRISOLLA, S. N. (2000) The University-Industry Relationship in Brazil: Trends and Implications for University Management, In: *Third Triple Helix International Conference*. (Anais em CD-ROM) Rio de Janeiro.
- MOROSINI, M. C. (1994) Universidade e Integração no Mercosul: condicionantes e desafios, In: Morosini, M.C. (org.), *Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios*. Cortez: São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1998) *Mercosul – políticas e ações universitárias*, Autores Associados: Campinas-SP; Editora da Universidade: Porto Alegre-RS.
- NEVES, A. A. B. (1998) Política de Ensino Superior de Pós-graduação no âmbito do Mercosul: estágio atual das negociações, In: Morosini, M.C. (org.), *Mercosul – políticas e ações universitárias*. Autores Associados: Campinas-SP; Editora da Universidade: Porto Alegre-RS.
- NEVES, C. E. (1994) Limites e possibilidades da integração entre Universidades, In: Morosini, M.C. (org.), *Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios*. Cortez: São Paulo.
- PARRA, M. P. (1994) La Universidad y la Integración latinoamericana: meta o proceso?, In: Morosini, M.C. (org.), *Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios*. Cortez: São Paulo.

- PAULA, M. C. S. (1998) *Cooperação em Ciência e Tecnologia no Mercosul - fase II: Modelos de Articulação e Proposta de Políticas (Síntese final)*. 63pp., Coordenação Geral de Acompanhamento / Secretaria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília-DF
- PAULINO, S. R. (1998) A Universidade Federal de São Carlos/UFSCar e sua participação na Associação de Universidades Grupo de Montevideu/AUGM, 31pp. In: Paula, M. C. S. (coord.), *Cooperação em Ciência e Tecnologia no Mercosul - fase II: Modelos de Articulação e Proposta de Políticas (Síntese final)*, Coordenação Geral de Acompanhamento / Secretaria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília-DF.
- PAULINO, S. R. & MENEGHEL, S. M. (1998) Projeto Cooperação Científica e Tecnológica no Âmbito do Mercosul: Estudo Sobre a Cooperação em C&T em Universidades dos Estados do Sul do Brasil, 50pp. In: Paula, M. C. S. (coord.), *Cooperação em Ciência e Tecnologia no Mercosul - fase II: Modelos de Articulação e Proposta de Políticas (Síntese final)*, Coordenação Geral de Acompanhamento / Secretaria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília-DF.
- SANTOS, J. V. (1994) A Nova Organização do Trabalho Científico, In: Morosini, M. C. (org.), *Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios*. Cortez: São Paulo.
- SBOROVSKY, D. L. (1998) Una Estrategia Autonomas en el Mercosur: El Grupo Montevideo, In: Morosini, M.C. (org.), *Mercosul - políticas e ações universitarias*. Autores Associados: Campinas-SP; Editora da Universidade: Porto Alegre-RS.
- SOARES, C. P. (1998) Mercosul Educacional: ações do Governo, In: Morosini, M.C. (org.), *Mercosul - políticas e ações universitarias*. Autores Associados: Campinas-SP; Editora da Universidade: Porto Alegre-RS.
- VELHO, L. M. S (1997) - Cooperação em Ciência e Tecnologia no Mercosul - Fase I: Levantamento da Cooperação em Ciência e Tecnologia no Âmbito do Mercosul (Síntese final). 48pp. Coordenação Geral de Acompanhamento / Secretaria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília-DF.
- VELHO, S. (1996) *Relações Universidade-Empresa: desvelando mitos*. 154pp. Autores Associados: Campinas-SP.